



## BALANÇOS PATRIMONIAIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

### ATIVO

Em Reais

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
<b>Circulante</b>	<b>247.187.740,56</b>	<b>203.169.310,90</b>
<b>Disponibilidades</b> (Nota 3)	<b>3.358.156,66</b>	<b>2.193.797,35</b>
Disponibilidades	3.358.156,66	2.193.797,35
<b>Títulos e Valores Mobiliários</b> (Nota 4)	<b>61.201.913,53</b>	<b>64.464.747,88</b>
Títulos de Renda Fixa	45.036.066,03	64.464.747,88
Vinculado a Prestação de Garantias	16.165.847,50	0,00
<b>Relações Interfinanceiras</b> (Nota 5)	<b>32.888.639,51</b>	<b>8.235.741,49</b>
Relações com Correspondentes	594,14	-
Centralização Financeira - Cooperativas	32.888.045,37	8.235.741,49
<b>Operações de Crédito</b> (Nota 6)	<b>147.251.413,82</b>	<b>126.777.213,35</b>
Operações de Crédito	153.236.605,99	135.308.935,95
(-) Provisão Operações Crédito Líq. Duvidosa	(5.985.192,17)	(8.531.722,60)
<b>Outros Créditos</b> (Nota 7)	<b>1.372.494,33</b>	<b>614.971,20</b>
Rendas a Receber	611.653,45	294.295,68
Avais e Fianças Honrados	64.410,84	-
Diversos	978.045,67	531.527,20
(-) Provisão Outros Crédito Líq. Duvidosa	(281.615,63)	(210.851,68)
<b>Outros Valores e Bens</b> (Nota 8)	<b>1.115.122,71</b>	<b>882.839,63</b>
Outros Valores e Bens	914.356,62	625.952,85
(-) Provisão Para Desvalorização	(22.866,60)	(22.866,60)
Despesas Antecipadas	223.632,69	279.753,38
<b>Não Circulante</b>	<b>100.652.623,95</b>	<b>75.142.911,92</b>
<b>Realizável a Longo Prazo</b>	<b>80.660.064,12</b>	<b>56.922.684,18</b>
<b>Títulos e Valores Mobiliários</b> (Nota 4)	<b>18.921.937,96</b>	<b>2.060.832,66</b>
Títulos de Renda Fixa	18.278.821,38	2.060.832,66
Vinculado a Prestação de Garantias	643.116,58	-
<b>Operações de Crédito</b> (Nota 6)	<b>60.717.571,60</b>	<b>53.887.533,14</b>
Operações de Crédito	64.401.616,99	53.887.533,14
(-) Provisão Operações Crédito Líq. Duvidosa	(3.684.045,39)	-
<b>Outros Créditos</b> (Nota 7)	<b>1.020.554,56</b>	<b>974.318,38</b>
Diversos	1.020.554,56	974.318,38
<b>Investimentos</b> (Nota 9)	<b>7.821.506,28</b>	<b>6.139.712,72</b>
No País	815.018,12	680.276,32
Outros Investimentos	7.006.488,16	5.459.436,40
<b>Imobilizações em Curso</b>	<b>-</b>	<b>489.877,10</b>
Imóveis	-	489.877,10
<b>Imobilizado de Uso</b> (Nota 10)	<b>12.171.053,55</b>	<b>11.590.637,92</b>
Imóveis de uso	9.612.116,46	8.977.599,72
Outras Imobilizações de Uso	5.420.548,68	5.151.621,00
(-) Depreciações Acumuladas	(2.861.611,59)	(2.538.582,80)
<b>Total do Ativo</b>	<b>347.840.364,51</b>	<b>278.312.222,82</b>

# BALANÇOS PATRIMONIAIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

## PASSIVO

Em Reais

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
<b>Circulante</b>	<b>281.147.910,20</b>	<b>228.705.174,32</b>
<b>Depósitos (Nota 11)</b>	<b>207.811.086,80</b>	<b>173.555.851,52</b>
Depósitos a Vista	42.500.482,47	27.852.789,75
Depósitos a Prazo	165.310.604,33	145.703.061,77
<b>Obrigações por Emissão Letras Crédito Agronegócio</b>	<b>7.557.919,88</b>	<b>301.509,77</b>
Obrigações por Emissão – LCA Pós Fixada (Nota 12)	7.557.919,88	301.509,77
<b>Repasses Interfinanceiros (Nota 13)</b>	<b>36.759.397,78</b>	<b>44.730.511,70</b>
Repasse Interfinanceiros	36.758.968,16	44.730.511,70
Relações com Correspondentes	429,62	-
<b>Relações Interdependências (Nota 14)</b>	<b>1.230.614,04</b>	<b>215,21</b>
Recursos em Trânsito	1.230.614,04	215,21
<b>Obrigações Por Empréstimos (Nota 13)</b>	<b>23.550.422,61</b>	<b>5.469.180,65</b>
Empréstimos no País - Outras Instituições	23.550.422,61	5.469.180,65
<b>Outras Obrigações (Nota 15)</b>	<b>4.238.469,09</b>	<b>4.647.905,47</b>
Cobrança e Arrecadação de Trib. e Assemelhados	53.642,47	15.116,11
Sociais e Estatutárias	1.650.501,65	1.103.730,21
Fiscais e Previdenciárias	383.009,53	377.918,63
Diversas	2.151.315,44	3.151.140,52
<b>Não Circulante</b>	<b>9.785.355,10</b>	<b>3.950.308,66</b>
<b>Exigível a Longo Prazo</b>	<b>9.785.355,10</b>	<b>3.950.308,66</b>
<b>Obrigações por Emissão Letras Crédito Agronegócio</b>	<b>108.902,24</b>	<b>-</b>
Obrigações por Emissão - LCA Pós Fixada (Nota 12)	108.902,24	-
<b>Repasse Interfinanceiros (Nota 13)</b>	<b>8.655.898,30</b>	<b>2.975.990,28</b>
Repasse Interfinanceiros	8.655.898,30	2.975.990,28
<b>Outras Obrigações (Nota 15)</b>	<b>1.020.554,56</b>	<b>974.318,38</b>
Diversas	1.020.554,56	974.318,38
<b>Patrimônio Líquido (Nota 19)</b>	<b>56.907.099,21</b>	<b>45.656.739,84</b>
<b>Capital Social</b>	<b>39.232.620,04</b>	<b>32.940.901,08</b>
Capital de Domiciliados	39.250.897,26	32.949.199,48
(Capital a Realizar)	(18.277,22)	(8.298,40)
<b>Reserva de Sobras</b>	<b>11.421.547,15</b>	<b>9.277.684,74</b>
Reserva Legal	6.618.806,48	4.474.944,07
Outras	4.802.740,67	4.802.740,67
<b>Sobras ou Perdas à Disposição da Assembleia</b>	<b>6.252.932,02</b>	<b>3.438.154,02</b>
Sobras Disposição da Assembleia no Ano	6.252.932,02	3.438.154,02
<b>Total do Passivo</b>	<b>347.840.364,51</b>	<b>278.312.222,82</b>

**DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS PARA O SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016**

**Em Reais**

<b>Descrição</b>	<b>Segundo Semestre/2017</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
<b>RECEITAS (INGRESSOS) DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>22.818.750,97</b>	<b>45.984.896,43</b>	<b>45.229.815,34</b>
Operações de Crédito	19.963.654,28	39.584.924,18	35.976.286,94
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	2.855.096,69	6.399.972,25	9.253.528,40
<b>DESPESAS (DISPÊNDIOS) DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>(12.673.165,63)</b>	<b>(25.168.651,49)</b>	<b>(26.218.766,34)</b>
Operações de Captação no Mercado	(6.586.093,87)	(14.421.995,57)	(17.264.783,25)
Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses	(2.231.778,83)	(4.298.241,21)	(3.545.562,48)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(3.855.292,93)	(6.448.414,71)	(5.408.420,61)
<b>RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>10.145.585,34</b>	<b>20.816.244,94</b>	<b>19.011.049,00</b>
<b>OUTRAS RECEITAS/DESPESAS (INGRESSOS/DISPÊNDIOS) OPERACIONAIS</b>	<b>(5.062.438,22)</b>	<b>(10.335.217,47)</b>	<b>(11.084.988,87)</b>
Receitas (Ingressos) de Prestação de Serviços	1.833.779,17	3.268.611,18	2.491.405,53
Rendas (Ingressos) de Tarifas Bancárias	2.323.355,12	4.302.103,42	3.753.470,68
Despesas (Dispêndios) de Pessoal	(5.272.415,31)	(10.320.825,08)	(8.444.878,50)
Outras Despesas (Dispêndios) Administrativas	(5.976.827,01)	(11.271.801,71)	(9.115.919,81)
Despesas (Dispêndios) Tributárias	(105.403,19)	(263.950,49)	(187.760,24)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	-	-	-
Outras Receitas (Ingressos) Operacionais (Nota 21)	504.420,96	1.394.857,14	573.468,11
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	2.291.139,69	3.803.380,59	1.092.651,86
Outras Despesas (Dispêndios) Operacionais (Nota 22)	(660.487,65)	(1.247.592,52)	(1.247.426,50)
Dispêndios de Depósitos Intercooperativos	-	-	-
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>	<b>5.083.147,12</b>	<b>10.481.027,47</b>	<b>7.926.060,13</b>
<b>OUTROS RESULTADOS (Nota 23)</b>	<b>(48.245,70)</b>	<b>31.141,53</b>	<b>(96.583,66)</b>
<b>RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES</b>	<b>5.034.901,42</b>	<b>10.512.169,00</b>	<b>7.829.476,47</b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>	<b>157.254,79</b>	<b>-</b>	<b>0,01</b>
Provisão para Imposto de Renda	88.425,28	-	7.216,07
Provisão para Contribuição Social	68.829,51	-	(7.216,06)
<b>LUCRO/PREJUÍZO(SOBRA/PERDA)</b>	<b>5.192.156,21</b>	<b>10.512.169,00</b>	<b>7.829.476,48</b>
<b>JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO (Nota 20)</b>	<b>(1.731.245,69)</b>	<b>(1.731.245,69)</b>	<b>(1.826.952,25)</b>
<b>LUCRO/PREJUÍZO(SOBRA/PERDA) LÍQUIDO</b>	<b>3.460.910,52</b>	<b>8.780.923,31</b>	<b>6.002.524,23</b>

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**

**Em Reais**

Eventos	Capital Social	Reservas		Sobras a Disposição da AGO	Total
		Legal	Fundo de Estabilidade		
<b>SALDO EM 31/12/2015</b>	<b>26.983.132,05</b>	<b>3.224.706,26</b>	<b>3.552.502,86</b>	<b>2.635.901,51</b>	<b>36.396.242,68</b>
<b>MUTAÇÕES EM 2016</b>	<b>5.957.769,03</b>	<b>1.250.237,81</b>	<b>1.250.237,81</b>	<b>802.252,51</b>	<b>9.260.497,16</b>
Integralização de Capital	4.292.022,72	-	-	-	<b>4.292.022,72</b>
Devolução de Capital	(970.155,20)	-	-	-	<b>(970.155,20)</b>
Incorporação das Sobras	2.635.901,51	-	-	(2.635.901,51)	-
Distribuição das Sobras	-	-	-	5.455.487,34	<b>5.455.487,34</b>
Resultado Cooperado	-	-	-	547.036,89	<b>547.036,89</b>
Resultado Não Cooperado	-	1.250.237,81	1.250.237,81	(2.500.475,62)	-
Destinações	-	-	-	795.701,75	<b>795.701,75</b>
FATES Ato Não Cooperado	-	-	-	(547.036,89)	<b>(547.036,89)</b>
FATES Ato Cooperado	-	-	-	(312.559,45)	<b>(312.559,45)</b>
<b>SALDO EM 31/12/2016</b>	<b>32.940.901,08</b>	<b>4.474.944,07</b>	<b>4.802.740,67</b>	<b>3.438.154,02</b>	<b>45.656.739,84</b>
<b>MUTAÇÕES EM 2017</b>	<b>6.291.718,96</b>	<b>2.143.862,41</b>	<b>0,00</b>	<b>2.814.778,00</b>	<b>11.250.359,37</b>
Integralização de Capital	3.887.932,36	-	-	-	<b>3.887.932,36</b>
Devolução de Capital	(1.034.367,42)	-	-	-	<b>(1.034.367,42)</b>
Incorporação das Sobras	3.438.154,02	-	-	(3.438.154,02)	-
Utilização da Reserva	-	-	-	-	-
Distribuição de Sobras	-	-	-	-	-
Resultado Cooperado	-	-	-	8.020.832,60	<b>8.020.832,60</b>
Resultado Não Cooperado	-	-	-	760.090,71	<b>760.090,71</b>
Outros Resultados	-	-	-	-	-
Destinações	-	2.143.862,41	-	(2.143.862,41)	-
Realização de Despesas do FATES	-	-	-	911.927,43	<b>911.927,43</b>
Destinação Outros Resultados	-	-	-	-	-
FATES Ato Não Cooperado	-	-	-	(760.090,71)	<b>(760.090,71)</b>
FATES Ato Cooperado	-	-	-	(535.965,60)	<b>(535.965,60)</b>
<b>SALDO EM 31/12/2017</b>	<b>39.232.620,04</b>	<b>6.618.806,48</b>	<b>4.802.740,67</b>	<b>6.252.932,02</b>	<b>56.907.099,21</b>

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**

	<b>Em Reais</b>	
<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
<b>Atividades Operacionais</b>		
<b>Sobras/Perdas do Exercício</b>	<b>10.512.169,00</b>	<b>7.829.476,47</b>
Ajustes	-	-
IRPJ / CSLL	-	0,01
Provisão para Operações de Crédito	1.264.399,60	3.184.689,59
Provisão de Juros ao Capital	(1.731.245,69)	(1.826.952,25)
Depreciações e Amortizações	323.028,79	528.272,44
<b>Aumento (Redução) em Ativos Operacionais</b>		
Títulos e Valores Mobiliários	7.160.876,19	(22.261.806,26)
Operações de Crédito	(28.441.753,89)	(24.757.824,19)
Outros Créditos	(874.523,26)	(339.741,83)
Outros Valores e Bens	(288.403,77)	(303.789,94)
<b>Aumento (Redução) em Passivos Operacionais</b>		
Depósitos a Vista	14.647.692,72	6.061.313,88
Depósitos sob Aviso		195.367,88
Depósitos a Prazo	19.607.542,56	35.530.622,67
Obrigações por Emissão de Letras de Crédito do Agronegócio	7.365.312,35	301.509,77
Outras Obrigações	(363.200,20)	589.047,74
Relações Interdependências	1.230.398,83	96,65
Relações Interfinanceiras	(2.291.205,90)	(2.521.202,22)
Obrigações por Empréstimos e Repasses	18.081.241,96	4.374.437,81
<b>Caixa Líquido Aplicado em Atividades Operacionais</b>	<b>46.202.329,29</b>	<b>6.583.518,22</b>
<b>Atividades de Investimentos</b>		
Investimento	(1.681.793,56)	(1.389.036,48)
Imobilizações de Uso	(413.567,32)	(1.724.201,61)
<b>Caixa Líquido Aplicado / Originado em Investimentos</b>	<b>(2.095.360,88)</b>	<b>(3.113.238,09)</b>
Aumento por novos aportes de Capital	3.887.932,36	4.292.022,72
Devolução de Capital aos Associados	(1.034.367,42)	(970.155,20)
FATES - Resultado de Atos Não Cooperativos	(760.090,71)	(547.036,89)
FATES Sobras Exercício	(535.965,60)	(312.559,45)
Absorção de Despesas - FATES	911.927,43	795.701,75
<b>Caixa Líquido Aplicado / Originado em Financiamentos</b>	<b>2.469.436,06</b>	<b>3.257.972,93</b>
<b>Aumento / Redução Líquida das Disponibilidades</b>	<b>46.576.404,47</b>	<b>6.728.253,06</b>
<b>Modificações em Disponibilidades Líquidas</b>		
No Início do Período	34.712.438,36	27.984.185,30
No Fim do Período (Nota 3)	81.288.842,83	34.712.438,36
<b>Variação Líquida das Disponibilidades</b>	<b>46.576.404,47</b>	<b>6.728.253,06</b>



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

A **COOPERATIVA DE CRÉDITO DO NORTE CATARINENSE E SUL PARANAENSE SICOOB CREDINORTE - SICOOB CREDINORTE**, é uma Cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em **09/02/1989**, filiada à **CCC DE SANTA CATARINA E RIO GRANDE DO SUL – SICOOB CENTRAL SC/RS** e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras Cooperativas Singulares e Centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de Cooperativas de crédito.

O **SICOOB CREDINORTE** possui **8** Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: **MAFRA - SC, ITAIÓPOLIS - SC, RIO NEGRO - PR, CAMPO ALEGRE - SC, SÃO BENTO DO SUL - SC, RIO NEGRINHO - SC, JARAGUÁ DO SUL – SC e PIÊN - PR**

O **SICOOB CREDINORTE** tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

### 1. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/1971 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão tendo sido aprovada pela administração 29/1/2018.

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar determinados ativos e passivos entre outras transações. As demonstrações contábeis da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, às provisões necessárias para causas judiciais, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de Contabilidade, algumas Normas e suas Interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicadas às instituições financeiras quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil. Nesse sentido, os Pronunciamentos contábeis já aprovados pelo Banco Central do Brasil são: CPC Conceitual Básico (R1) - Resolução CMN nº 4.144/2012; CPC 01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - Resolução CMN nº 3.566/2008; CPC 03 (R2) - Demonstração do Fluxo de Caixa - Resolução CMN nº 3.604/2008; CPC 04 (R1) – Ativo Intangível – Resolução CMN nº 4.534/2016; CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas -





Resolução CMN nº 3.750/2009; CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações - Resolução CMN nº 3.989/2011; CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. – Resolução CMN nº 4.007/2011; CPC 24 - Evento Subsequente - Resolução CMN nº 3.973/2011; CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – Resolução CMN nº 3.823/2009; CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados CMN nº 4.424/2015.

## **2. Resumo das Principais Práticas Contábeis**

### **a) Apuração do Resultado**

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios/despesas e os ingressos/receitas operacionais são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

### **b) Estimativas Contábeis**

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

### **c) Caixa e Equivalentes de Caixa**

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

### **d) Aplicações em Títulos e Valores Mobiliários**

As aplicações financeiras a serem mantidas até o seu vencimento são demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

### **e) Operações de Crédito**

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

### **f) Provisão para Operações de Crédito**

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

#### **g) Depósitos em Garantia**

Existem situações em que a Cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

#### **h) Investimentos**

Representados substancialmente por quotas do **SICOOB CENTRAL SC/RS** e ações do BANCOOB, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

#### **i) Imobilizado**

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e *softwares*, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

#### **j) Obrigações por Empréstimos e Repasses**

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*"pro rata temporis"*), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

#### **k) Demais Ativos e Passivos**

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

#### **l) Provisões**

São reconhecidas quando a Cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

#### **m) Passivos Contingentes**

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

#### **n) Obrigações Legais**

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, dos quais a Cooperativa tem por diretriz.



### o) Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não cooperativos de acordo com o Decreto nº 3.000/1999, art.183. O resultado apurado em operações realizadas com associados não tem incidência de tributação conforme art. 182 do mesmo Decreto.

### p) Segregação em Circulante e Não Circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

### q) Eventos Subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em **31 de dezembro de 2017**.

## 3. Caixa e Equivalentes de Caixa

O caixa e equivalentes de caixa compreendem:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Caixa e Depósitos Bancários	3.358.156,66	2.193.797,35
Títulos e Valores Mobiliários	45.042.046,66	24.282.899,52
Relações Interfinanceiras	32.888.639,51	8.235.741,49
<b>TOTAL</b>	<b>81.288.842,83</b>	<b>34.712.438,36</b>

## 4. Títulos e Valores Mobiliários

Em **31 de dezembro de 2017** e **2016**, as aplicações em Títulos e Valores Mobiliários estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Título de Renda Fixa	63.314.887,41	66.525.580,54
Vinculados a Prestação de Garantias	16.808.964,08	-
<b>TOTAL</b>	<b>80.123.851,49</b>	<b>66.525.580,54</b>

Os Títulos de Renda Fixa referem-se, substancialmente, a aplicações em Certificados de Depósitos Interbancários – CDI, no **SICOOB CENTRAL SC/RS**, com remuneração de, aproximadamente 101% do CDI.

## 5. Relações Interfinanceiras

Em **31 de dezembro de 2017**, as aplicações em Relações Interfinanceiras estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Correspondentes no País	594,14	-
Centralização Financeira - Cooperativas	32.888.045,37	8.235.741,49
<b>TOTAL</b>	<b>32.888.639,51</b>	<b>8.235.741,49</b>

Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao **SICOOB CENTRAL SC/RS** conforme determinado no art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/2015.

## 6. Operações de Crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Modalidade	31/12/2017			31/12/2016
	Circulante	Não Circulante	Total	
Adiantamento a Depositante	169.254,12	-	<b>169.254,12</b>	350.741,11
Empréstimos	59.491.412,66	41.165.724,47	<b>100.657.137,13</b>	91.470.388,29
Títulos Descontados	13.896.651,76	-	<b>13.896.651,76</b>	12.744.620,36
Financiamentos	13.501.456,03	15.008.493,02	<b>28.509.949,05</b>	25.302.815,84
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	66.177.831,42	8.227.399,50	<b>74.405.230,92</b>	59.332.588,51
<b>Sub Total</b>	<b>153.236.605,99</b>	<b>64.401.616,99</b>	<b>217.638.222,98</b>	<b>189.201.154,11</b>
(-) Provisões para Operações de Crédito	(5.985.192,17)	(3.684.045,39)	<b>(9.669.237,56)</b>	(8.531.769,45)
<b>TOTAL</b>	<b>147.251.413,82</b>	<b>60.717.571,60</b>	<b>207.968.985,42</b>	<b>180.669.384,66</b>

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Empréstimo / TD	A.D / Cheque Especial / Conta Garantida	Financiamentos	Financiamentos Rurais	Total em 31/12/2017	Provisões 31/12/2017	Total em 31/12/2016	Provisões 31/12/2016
AA	-	Normal	10.746.012,09	-	78.282,23	-	10.824.294,32	-	13.208.817,24	-
AA	-	Vencidas	235.160,45	-	0,00	-	235.160,45	-	0,00	-
A	0,50%	Normal	48.795.953,34	467.705,19	11.473.633,98	32.944.768,77	93.682.061,28	(468.410,31)	109.803.662,72	(549.019,37)
B	1%	Normal	35.656.773,86	2.079.667,18	15.475.457,90	40.224.235,40	93.436.134,34	(934.361,34)	46.460.164,00	(464.601,64)
B	1%	Vencidas	918.175,04	9.305,90	232.949,76	-	1.160.430,70	(11.604,31)	1.074.731,47	(10.747,31)
C	3%	Normal	3.010.791,10	243.922,46	529.180,53	863.092,05	4.646.986,14	(139.409,58)	3.092.922,66	(92.787,68)
C	3%	Vencidas	891.347,66	14.272,03	186.510,21	25.738,29	1.117.868,19	(33.536,05)	1.175.200,17	(35.256,01)
D	10%	Normal	1.374.191,52	76.963,07	51.776,95	160.757,33	1.663.688,87	(166.368,89)	1.516.116,51	(151.611,65)
D	10%	Vencidas	854.371,41	15.689,47	243.041,65	3.601,91	1.116.704,44	(111.670,44)	2.776.389,71	(277.638,97)
E	30%	Normal	1.289.191,63	29.184,13	52.507,01	22.842,70	1.393.725,47	(418.117,64)	1.882.487,72	(564.746,32)
E	30%	Vencidas	184.189,26	8.546,77	142.246,89	-	334.982,92	(100.494,88)	988.595,65	(296.578,70)
F	50%	Normal	461.735,92	12.836,42	6.295,68	-	480.868,02	(240.434,01)	715.516,51	(357.758,26)
F	50%	Vencidas	401.023,40	5.641,35	891,58	18.494,73	426.051,06	(213.025,53)	717.149,32	(358.574,66)
G	70%	Normal	549.741,42	5.889,41	-	103.948,50	659.579,33	(461.705,53)	776.054,58	(543.238,20)
G	70%	Vencidas	287.116,02	6.664,58	4.852,98	-	298.633,58	(209.043,51)	613.783,89	(429.648,72)
H	100%	Normal	1.473.507,14	51.972,44	-	-	1.525.479,58	(1.525.479,58)	1.935.858,87	(1.935.858,87)
H	100%	Vencidas	4.533.457,57	32.043,78	32.321,70	37.751,24	4.635.574,29	(4.635.575,96)	2.463.703,09	(2.463.703,09)
<b>Total Normal</b>			<b>103.357.898,02</b>	<b>2.968.140,30</b>	<b>27.667.134,28</b>	<b>74.319.644,75</b>	<b>208.312.817,35</b>	<b>(4.354.286,88)</b>	<b>179.391.600,81</b>	<b>(4.659.621,99)</b>
<b>Total Vencidos</b>			<b>8.304.840,81</b>	<b>92.163,88</b>	<b>842.814,77</b>	<b>85.586,17</b>	<b>9.325.405,63</b>	<b>(5.314.950,68)</b>	<b>9.809.553,30</b>	<b>(3.872.147,46)</b>
<b>Total Geral</b>			<b>111.662.738,83</b>	<b>3.060.304,18</b>	<b>28.509.949,05</b>	<b>74.405.230,92</b>	<b>217.638.222,98</b>	<b>(9.669.237,56)</b>	<b>189.201.154,11</b>	<b>(8.531.769,45)</b>
<b>Provisões</b>			<b>(8.415.809,65)</b>	<b>(153.601,89)</b>	<b>(363.143,61)</b>	<b>(736.682,41)</b>	<b>(9.669.237,56)</b>	<b>-</b>	<b>(8.531.769,45)</b>	<b>-</b>
<b>Total Líquido</b>			<b>103.246.929,18</b>	<b>2.906.702,29</b>	<b>28.146.805,44</b>	<b>73.668.548,51</b>	<b>207.968.985,42</b>	<b>-</b>	<b>180.669.384,66</b>	<b>-</b>

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Descrição	Até 90	De 91 até 360	Acima de 360	Total
Empréstimos	15.396.468,85	44.264.197,93	41.165.724,47	<b>100.826.391,25</b>
Títulos Descontados	12.524.576,77	1.372.074,99	-	<b>13.896.651,76</b>
Financiamentos	2.498.093,08	11.003.362,95	15.008.493,02	<b>28.509.949,05</b>
Financiamentos Rurais	11.528.680,13	54.368.930,80	8.507.619,99	<b>74.405.230,92</b>
<b>TOTAL</b>	<b>41.947.818,83</b>	<b>111.008.566,67</b>	<b>64.681.837,48</b>	<b>217.638.222,98</b>

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Conta Corrente	Empréstimo / Financiamento	Título Descontado	Crédito Rural	31/12/2017	% da Carteira	31/12/2016
Setor Privado - Comércio	248.241,07	4.161.753,16	1.363.972,78	4.049.411,97	9.823.378,98	5%	10.988.043,02
Setor Privado - Indústria	173.105,28	3.259.595,23	784.630,91	-	4.217.331,42	2%	4.697.721,05
Setor Privado - Serviços	1.441.872,06	41.465.788,28	9.587.661,09	-	52.495.321,43	24%	42.178.980,52
Pessoa Física	1.193.866,95	76.686.163,58	2.048.260,67	70.355.818,95	150.284.110,15	69%	130.619.739,89
Outros	3.218,82	702.735,87	112.126,31	-	818.081,00	0%	716.669,63
<b>TOTAL</b>	<b>3.060.304,18</b>	<b>126.276.036,12</b>	<b>13.896.651,76</b>	<b>74.405.230,92</b>	<b>217.638.222,98</b>	<b>100%</b>	<b>189.201.154,11</b>

e) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Saldo inicial	12.536.989,42	11.481.696,83
Valor das Operações Transferidas no Período	5.280.394,38	2.201.853,84
Valor das Operações Recuperadas no Período	(1.388.752,90)	(1.146.561,25)
<b>TOTAL</b>	<b>16.428.630,90</b>	<b>12.536.989,42</b>

f) Operações renegociadas:

Durante o exercício de **2017**, a Cooperativa procedeu à renegociação de operações de crédito no montante total de R\$ 12.583.462,61, compreendendo as composições de dívidas, prorrogações, novações de créditos e as concessões de novas operações de crédito para liquidação parcial ou total de operações anteriores.

## 7. Outros Créditos

Valores referentes às importâncias devidas a Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Modalidade	31/12/2017	31/12/2016
Avais e Fianças Honrados	64.410,84	-
Rendas a Receber	611.653,45	294.295,68
Diversos (a)	1.998.600,23	1.505.845,58
(-) Provisões para Outros Créditos	(281.615,63)	(210.851,68)
<b>TOTAL</b>	<b>2.393.048,89</b>	<b>1.589.289,58</b>

(a) Substancialmente representado por Devedores por Depósitos em Garantia referente a depósitos judiciais para: PIS sobre Atos Cooperativos (R\$ 117.058,64), COFINS sobre Atos Cooperativos (R\$ 903.495,92).

## 8. Outros Valores e Bens

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Bens Não de Uso Próprio (a)	755.638,38	500.519,89
Material em Estoque (b)	158.718,24	125.432,96
Provisões para Desvalorizações	(22.866,60)	(22.866,60)
Despesas Antecipadas (c)	223.632,69	279.753,38
<b>TOTAL</b>	<b>1.115.122,71</b>	<b>882.839,63</b>

a) Em Bens Não de Uso Próprio está registrado o valor referente aos bens recebidos como dação em pagamento de dívidas, não estando sujeitos a depreciação ou correção.

b) Material em estoque está registrado o valor referente a material de expediente.

c) Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes aos prêmios de seguros, contribuição cooperativista e outros.

## 9. Investimentos

O saldo é, substancialmente, representado por quotas do **SICOOB CENTRAL SC/RS** e ações do BANCOOB.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Participações em Cooperativa Central de Crédito	7.006.488,16	5.459.436,40
Participações Inst. Financ. Controlada Coop. Crédito	815.018,12	680.276,32
<b>TOTAL</b>	<b>7.821.506,28</b>	<b>6.139.712,72</b>

## 10. Imobilizado de Uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016	Taxa Depreciação
Imobilizado em Curso	-	489.877,10	
Terrenos	898.602,06	898.602,06	
Edificações	8.713.514,40	8.078.997,66	4%
(-) Depreciação Acum. Imóveis de Uso - Edificações	(599.857,02)	(260.540,33)	
Instalações	207.708,24	127.151,62	10%
(-) Depreciação Acumulada de Instalações	(72.218,54)	(42.425,95)	
Móveis e equipamentos de Uso	2.048.535,26	1.769.262,49	10%
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso	(505.550,99)	(443.955,77)	
Sistema de Comunicação	53.966,63	62.742,75	20%
Sistema de Processamento de Dados	1.795.614,66	2.064.087,22	10%
Sistema de Segurança	567.041,29	604.543,23	10%
Sistema de Transporte	747.682,60	523.833,69	20%
(-) Depreciação Acum. Outras Imobilizações de Uso	(1.683.985,04)	(1.791.660,75)	
<b>TOTAL</b>	<b>12.171.053,55</b>	<b>12.080.515,02</b>	

## 11. Depósitos

O saldo é composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos a vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

O saldo é composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos preestabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós-fixadas são calculadas com base no critério de *pro rata temporis*, já a remunerações pré-fixadas são calculadas o prazo final das operações, tendo o valor futuro, a data do demonstrativo contábil, apresentado em conta redutora.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Depósito à Vista	42.500.482,47	27.852.789,75
Depósito Sob Aviso	3.768.259,60	3.827.059,99
Depósito a Prazo	161.542.344,73	141.876.001,78
<b>TOTAL</b>	<b>207.811.086,80</b>	<b>173.555.851,52</b>

Os depósitos, até o limite de R\$ 250 mil (duzentos e cinquenta mil reais), por CPF/CNPJ, estão garantidos pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), o qual é uma associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, regida pelo presente Estatuto e pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, conforme, constituído conforme Resoluções CMN nº4.284/2013. As instituições associadas são todas as Cooperativas Singulares de Crédito e os Bancos Cooperativos.

## 12. Obrigações por Emissão Letras Crédito Agronegócio

É composto de títulos de renda fixa nominativos, representativos de promessa de pagamento em dinheiro emitidos com base em lastro de recebíveis originados de negócios relacionados a atividade agropecuária. A remuneração está vinculada a variação do CDI.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Obrigações por Emissão Letras Crédito Agronegócio	7.666.822,12	301.509,77
<b>TOTAL</b>	<b>7.666.822,12</b>	<b>301.509,77</b>

## 13. Obrigações por Empréstimos e Repasses

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

Instituições	Vencimento	31/12/2017	31/12/2016
Cooperativa Central	Diversos	23.550.422,61	5.469.180,65
Recursos do BANCOOB	Diversos	47.750.135,20	49.515.294,12
(-) Despesa a apropriar BANCOOB		(2.335.268,74)	(1.809.145,75)
<b>TOTAL</b>		<b>68.965.289,07</b>	<b>53.175.329,02</b>

## 14. Relações Interdependências

Os recursos de terceiros que estão com a Cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse aos associados, por sua ordem.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Ordens de Pagamento (a)	1.230.614,04	-
Recebimentos em Trânsito de Terceiros	108,35	319,04
<b>TOTAL</b>	<b>1.230.722,39</b>	<b>319,04</b>

(a) Trata-se de cheques emitidos contra a ordem de terceiros. Esses valores eram contabilizados no grupo de credores diversos e foram reclassificados, para melhor adequação contábil.

## 15. Outras Obrigações

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	53.642,47	15.116,11
Sociais e Estatutárias	1.650.501,65	1.103.730,21
Fiscais e Previdenciárias	383.009,53	377.918,63
Diversas	3.171.870,00	4.125.458,90
<b>TOTAL</b>	<b>5.259.023,65</b>	<b>5.622.223,85</b>

### 15.1 Sociais e Estatutárias

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Resultado de Atos com Associados (a)	535.965,63	312.559,45
Resultado de Atos com Não Associados (a)	766.553,50	605.830,80
Cotas de Capital a Pagar (b)	347.982,52	185.339,96
<b>TOTAL</b>	<b>1.650.501,65</b>	<b>1.103.730,21</b>

(a) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos associados, seus familiares e empregados da Cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 6% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência



Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

(b) Refere-se às cotas de capital a devolver de associados desligados.

## 15.2 Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Impostos e Contribuições a Recolher	383.009,53	377.918,63
<b>TOTAL</b>	<b>383.009,53</b>	<b>377.918,63</b>

## 15.3 Diversas

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Cheques Administrativos (b)	-	1.507.797,38
Obrigações por Operações Vinculadas a Cessão	7.378,94	-
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	8.463,33	55,20
Obrigações por Prestação de Serviços de Pagamento	270.569,21	114.865,01
Provisão para Pagamentos a Efetuar (a)	1.574.464,42	1.325.171,68
Provisão para Passivos Contingentes (vide nota 16)	1.020.554,56	974.318,38
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas	96.406,21	49.606,56
Credores Diversos - País	194.033,33	153.644,69
<b>TOTAL</b>	<b>3.171.870,00</b>	<b>4.125.458,90</b>

(a) Deste saldo, R\$1.051.154,35 refere-se a provisão para pagamento a efetuar com despesas de pessoal.

(b) Vide nota 14, item a.

## 16. Provisão para Demandas Judiciais

É estabelecida considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a Cooperativa é parte envolvida. Dessa forma, são constituídas as seguintes provisões:

Descrição	31/12/2017		31/12/2016	
	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais
Para Interposição de Recursos Trabalhistas	1.020.554,56	1.020.554,56	974.318,38	974.318,38
<b>TOTAL</b>	<b>1.020.554,56</b>	<b>1.020.554,56</b>	<b>974.318,38</b>	<b>974.318,38</b>

PIS e COFINS - quando do advento da Lei nº 9.718/1998, a cooperativa entrou com ação judicial questionando a legalidade da inclusão de seus ingressos decorrentes de atos cooperados na base de cálculo do PIS e COFINS, sendo que os valores equivalentes foram depositados em juízo e estão contabilizados na rubrica Depósitos em Garantia.

## 17. Instrumentos Financeiros

O **SICOOB CREDINORTE** opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.



## 18. Coobrigações e Riscos em Garantias Prestadas

Em **31 de dezembro de 2017**, a Cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de R\$ 7.794.818,76, referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais.

## 19. Patrimônio Líquido

### a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$1,00 cada e integralizado por seus associados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

No exercício de **2017**, a Cooperativa aumentou seu capital social no montante de **R\$ 7.325.786,38** (sete milhões, trezentos e vinte e cinco mil, setecentos e oitenta e seis reais e trinta e oito centavos).

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Capital Social	39.232.620,04	32.940.901,08
Associados	25.913	22.960

### b) Reserva Legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 24%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades.

### c) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 12 de abril de 2017, os associados deliberaram pelo aumento do capital social com sobra do exercício findo em **31 de dezembro de 2016**, no valor de R\$3.438.154,02 (três milhões quatrocentos e trinta e oito mil e cento e cinquenta e quatro reais e dois centavos).

Conforme alteração estatutária ocorrida em 2017, não há previsão de destinação para o FEF (Fundo de Estabilidade Financeira).

### d) Destinações Estatutárias e Legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
01. Resultado depois Tributação sobre o Lucro	10.512.169,00	7.829.476,47
02. Remuneração sobre o Capital Próprio	(1.731.245,69)	(1.826.952,25)
<b>03. Sobras Líquidas do Período (1+2)</b>	<b>8.780.923,31</b>	<b>6.002.524,22</b>
<b>04. (+/-) Demais Resultados (3+4)</b>	<b>911.927,43</b>	<b>795.701,75</b>
(+) Realização do FATES	911.927,43	795.701,75
<b>05. Resultado do Período (3+4)</b>	<b>9.692.850,74</b>	<b>6.798.225,97</b>
(-) FATES - Resultado com Não Associados	(760.090,71)	(547.036,88)
(-) FATES - Resultado com Associados	(535.965,60)	(312.559,45)
(-) Reserva Legal	(2.143.862,41)	(1.250.237,81)
(-) Fundo de Estabilidade Financeira - FEF	-	(1.250.237,81)
<b>06. Sobras à disposição da Assembleia Geral</b>	<b>6.252.932,02</b>	<b>3.438.154,02</b>

## 20. Provisão de Juros ao Capital

A Cooperativa pagou juros ao capital próprio, visando remunerar o capital do associado. Os critérios para a provisão obedeceram à Lei Complementar nº 130, art.7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC, no valor de 50% da SELIC. A referida provisão foi demonstrada na Demonstração de Sobras ou Perdas – DSP e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - DMPL, conforme Circular BACEN nº 2.739/1997.

## 21. Outros Ingressos/Rendas Operacionais

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	235.034,34	274.499,25
Rendas de Empréstimos	22.471.867,79	20.180.180,08
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	3.318.432,57	3.126.550,07
Rendas de Financiamentos	6.579.296,46	6.430.782,15
Rendas Financiamentos Rurais - Aplicações Livres	620.245,56	1.265.038,00
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplicações com Recursos Livres	987.357,95	-
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplic. com Recursos Direcionados à vista (obrigatórios)	1.086.212,01	-
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplic. com Recursos Direcionados da Poupança Rural	744.215,43	-
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplic. com Recursos Direcionados de LCA	49.411,97	-
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplicações com Recursos de Fontes Públicas	24.130,78	-
Rendas Financ Rurais - Aplic Repassadas e Refinanc	2.079.289,20	3.552.676,14
Rendas de Financiamentos Agroindustriais	677,22	-
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	-	1.384,20
Rendas c/ Tít.Valores Mobil. e Instrumentos Financ.	6.399.972,25	9.252.144,20
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	1.388.752,90	1.146.561,25
Receitas de Serviços	7.570.714,60	6.244.876,21
Outras Receitas Operacionais (a)	5.148.631,17	1.624.419,44
<b>TOTAL</b>	<b>58.704.242,20</b>	<b>53.099.110,99</b>

a) Deste saldo, R\$ 3.803.380,59 refere-se a receitas de ingressos de depósitos intercooperativos, R\$ 394.608,39 refere-se a receita de crédito SIPAG e R\$ 359.298,92 refere-se a rendas de repasse delcredere

## 22. Outros Dispendios/Despesas Operacionais

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Despesas de Captação	(14.421.995,57)	(17.264.783,25)
Despesas de Obrigações Por Empréstimos e Repasses	(4.298.241,21)	(3.545.562,48)
Provisões para operações de Crédito	(6.398.808,15)	(5.087.805,80)
Despesas Administrativas	(21.997.766,46)	(17.748.558,55)
Outras Despesas Operacionais	(1.106.403,34)	(1.526.340,78)
<b>TOTAL</b>	<b>(48.223.214,73)</b>	<b>(45.173.050,86)</b>

## 23. Outros Resultados

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Lucro em Transações com Valores de Bens	142.347,54	260,84
Ganhos de Capital	5.402,48	-
Ganhos de Aluguéis	-	1.000,00
Outras Rendas não Operacionais	5.989,00	9.412,59
(-) Prejuízos em Transações com Valores e Bens	(13.461,22)	(94.657,80)
(-) Perdas de Capital	(105.064,27)	-
(-) Outras Despesas não Operacionais	(4.072,00)	(12.599,29)
<b>Resultado Líquido</b>	<b>31.141,53</b>	<b>(96.583,66)</b>

## 24. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da Cooperativa, as pessoas jurídicas a estes pertencentes ou que exerçam controle e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações de crédito e depósitos são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações de crédito e depósitos com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da Cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do BACEN, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Em 31/12/2017 possui o saldo das seguintes transações com partes relacionadas:

Operações ativas e passivas – saldo em **2017**:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Empréstimo	121.146,54	607,57	0,06%
Financiamento	79.746,29	718,55	0,04%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação à Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos a Vista	269.729,73	0,13%	-
Depósitos a Prazo	1.352.777,36	0,63%	0,52%

No exercício de **2017** os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários e custeio parcial de plano de saúde, apresentando-se da seguinte forma:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2017 (R\$)	
Honorários	499.562,34
Encargos Sociais	223.603,86
Plano de Saúde	15.693,46

## 25. Cooperativa Central

A **COOPERATIVA DE CRÉDITO DO NORTE CATARINENSE E SUL PARANAENSE SICOOB CREDINORTE - SICOOB CREDINORTE**, em conjunto com outras Cooperativas Singulares, é filiada à **CCC DE SANTA CATARINA E RIO GRANDE DO SUL - SICOOB CENTRAL SC/RS**, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O **SICOOB CENTRAL SC/RS**, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (Cooperativas Singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.



Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao **SICOOB CENTRAL SC/RS** a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O **SICOOB CREDINORTE** responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo **SICOOB CENTRAL SC/RS** perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

## **26. Gerenciamento de Risco**

### **26.1 Resumo da Estrutura de Gerenciamento de Risco Operacional do Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil – SICOOB**

1. A estrutura de gerenciamento de capital do SICOOB CREDINORTE objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco de insuficiência de capital para fazer face aos riscos em que a entidade está exposta, por meio das boas práticas de gestão de capital, na forma instruída na Resolução CMN 3.988/2011.

2. Conforme preceitua o art.9 da Resolução CMN nº 3.988/2011, o SICOOB CREDINORTE aderiu à estrutura única de gerenciamento de capital do SICOOB, centralizada na Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. (SICOOB CONFEDERAÇÃO), a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sítio [www.sicoob.com.br](http://www.sicoob.com.br).

3. O gerenciamento de capital centralizado consiste em um processo contínuo de monitoramento do capital, e é realizado pelas entidades do Sicoob com objetivo de:

- a) avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que as entidades do Sicoob estão sujeitas;
- b) planejar metas e necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos das entidades do Sicoob;
- c) adotar postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.

4. Adicionalmente, são realizadas também simulações de eventos severos em condições extremas de mercado, com a consequente avaliação de seus impactos no capital das entidades do Sicoob.

### **26.2 Resumo da Descrição da Estrutura de Gerenciamento dos Riscos de Mercado e de Liquidez do Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil – SICOOB**

1. O gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez do SICOOB CREDINORTE objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar os riscos de mercado e de liquidez, por meio das boas práticas de gestão de riscos, na forma instruída nas Resoluções CMN nº 3.464/2007 e 4.090/2012.

2. Conforme preceitua o art.9 da Resolução CMN nº 3.464/2007 e art.8 Resolução CMN nº 4.090/2012, o SICOOB CREDINORTE aderiu à estrutura única de gestão dos riscos de mercado e de liquidez do Sicoob, centralizada na Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. (SICOOB CONFEDERAÇÃO), desde novembro de 2017, sendo anteriormente realizado pelo Banco Cooperativo do Brasil S.A (BANCOOB), que pode ser evidenciada em relatório disponível no sítio [www.sicoob.com.br](http://www.sicoob.com.br).

3. No gerenciamento do risco de mercado são adotados procedimentos padronizados de identificação de fatores de risco, de classificação da carteira de negociação (*trading*) e não negociação (*banking*), de mensuração do risco de mercado de estabelecimento de limites de risco, de testes de stress e de aderência ao modelo de mensuração de risco (*backtesting*).



4. No gerenciamento do risco de liquidez são adotados procedimentos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez, limite mínimo de liquidez, fluxo de caixa projetado, testes de stress e planos de contingência.

5. Não obstante a centralização do gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez, o SICOOB CREDINORTE possui estrutura compatível com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de liquidez da entidade.

### **26.3 Resumo da Estrutura de Gerenciamento de Risco de Crédito do Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil – Sicoob**

1. O gerenciamento de risco de crédito do SICOOB CREDINORTE objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

2. Conforme preceitua o art.9 da Resolução CMN nº 3.721/2009, o SICOOB CREDINORTE aderiu à estrutura única de gestão do risco de crédito do Sicoob, centralizada no Sicoob Confederação (SICOOB), desde novembro de 2017, sendo anteriormente realizado pelo Banco Cooperativo do Brasil S.A (BANCOOB), a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sítio [www.sicoob.com.br](http://www.sicoob.com.br).

3. Compete ao gestor a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, de criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

4. Não obstante a centralização do gerenciamento de risco de crédito, o SICOOB CREDINORTE possui estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de crédito da entidade.

### **26.4 Resumo da Descrição da Estrutura de Gerenciamento de Capital do Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil – SICOOB**

1. A estrutura de gerenciamento de capital do SICOOB CREDINORTE objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco de insuficiência de capital para fazer face aos riscos em que a entidade está exposta, por meio das boas práticas de gestão de capital, na forma instruída na Resolução CMN nº 3.988/2011.

2. Conforme preceitua o artigo 9 da Resolução CMN 3.988/2011, o SICOOB CREDINORTE aderiu à estrutura única de gerenciamento de capital do SICOOB, centralizada na Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. (SICOOB CONFEDERAÇÃO), a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sítio [www.sicoob.com.br](http://www.sicoob.com.br).

3. O gerenciamento de capital centralizado consiste em um processo contínuo de monitoramento do capital, e é realizado pelas entidades do Sicoob com objetivo de:

- a) avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que as entidades do Sicoob estão sujeitas;
  - b) planejar metas e necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos das entidades do Sicoob;
  - c) adotar postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.
4. Adicionalmente, são realizadas também simulações de eventos severos em condições extremas de mercado, com a consequente avaliação de seus impactos no capital das entidades do Sicoob.

## **27. Seguros Contratados – Não Auditado**

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

## **28. Índice de Basileia**

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº 4.192/2013, compatível com os riscos de suas atividades.

O Patrimônio de Referência (PR) da **SICOOB CREDINORTE** encontra-se compatível com o grau de risco da estrutura dos ativos em **31 de dezembro de 2017**.

## **29. Benefícios a empregados**

A cooperativa é patrocinadora de um plano de previdência complementar para seus funcionários e administradores, na modalidade PGBL. O plano é administrado pela Fundação Sicoob de Previdência Privada – Sicoob Previ.

As contribuições dos funcionários e administradores da cooperativa são equivalentes a no máximo 3% do salário.

As despesas com contribuições efetuadas durante o exercício de 2017 totalizaram R\$ 43.533,31.

## **30. Contingências Passivas**

Segundo a assessoria jurídica do **SICOOB CREDINORTE**, dos processos judiciais em que figura como pólo passivo, foram classificadas como perdas possíveis os processos que totalizam o valor da causa em R\$ 167.266,37.

## **31. Outros assuntos**

Foi publicada, em 23 de fevereiro de 2017, a Resolução CMN nº. 4.557 que dispõe sobre as estruturas de gerenciamento de riscos e de capital, com a consequente revogação, a partir de 24 de fevereiro de 2018, das Resoluções CMN nº. 3.380/2006, 3.464/2007, 3.721/2009, 3.988/2011 e 4.090/2012.

Em razão disso, foi criada no **SICOOB CONFEDERAÇÃO**, a **Superintendência de Gestão de Risco e Capitais**, que vem promovendo a reestruturação administrativa e operacional para cumprimento das exigências previstas na Resolução CMN nº. 4.557/2017, de modo a atendê-la plenamente a partir de fevereiro de 2018.





MAFRA-SC, 29 de Janeiro de 2018.

---

**Valcir José Pscheidt**  
**Presidente**  
**CPF: 629.438.129-00**

---

**Michele Maria Ranck**  
**Contadora**  
**CRC/SC035758/O-0**  
**CPF: 027.414.719-08**